

# Setor público pagará ajuste fiscal

■ Fernando Henrique fala como presidente reeleito e anuncia Ministério da Produção

FABIANO LANA

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso reafirmou ontem seu compromisso com o real a estabilidade e informou que até o dia 20 de outubro terá um programa de ajuste fiscal, para os próximos três anos, que deverá recair principalmente sobre a ineficiência da máquina, os excessos de pessoal, os privilégios e não sobre o conjunto da sociedade. Em seu primeiro pronunciamento ao país depois de reeleito, o presidente assegurou: “O ajuste tem que recair, principalmente, sobre o próprio sistema público, na medida em que ele é que está gerando esse desequilíbrio, e sobre aqueles que não estão dedicados a atividades diretamente produtivas”. Fernando Henrique, neste pronunciamento, anunciou a criação do Ministério da Produção.

“Estou aberto ao diálogo. Acho que o Brasil precisa, hoje, não só de ter uma oposição, mas de ter uma oposição que discuta, uma oposição que aceite o resultado das urnas, que respeite o povo, que respeite as opiniões, assim como aqueles que têm maioria são obrigados a respeitar o ponto de vista dos que não a tem”.

O presidente informou ter conversado ontem, por quarenta minutos, com o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, com o rei da Espanha, com o presidente de Portugal, o presidente da França, todos os responsáveis pelos destinos do mundo. A propósito dos cumprimentos pela reeleição, estes chefes de estado e de governo falaram com o presidente brasileiro sobre a reorganização do sistema mundial. “É preciso que haja efetivamente solidariedade entre os países”, disse Fernando Henrique.

O presidente falou à Nação, no começo da tarde, por 37 minutos, em um pequeno salão dentro do Palácio da Alvorada, tendo ao fundo os jardins. Hoje, Fernando Henrique segue para a Restinga da Marambaia, no Rio de Janeiro, para descansar da campanha, devendo retornar a Brasília no feriado do dia 12.

**Medidas** – “Não estou antecipando nenhuma medida, não existe nada de pacotes”, disse o presidente. As tarefas que permitirão ao Bra-

sil seguir seu rumo, como afirmou, são as que vem desenvolvendo desde que foi Ministro da Fazenda: “A reforma da Previdência, da administração, a reforma dos impostos, as reformas políticas, são condições necessárias para a prosperidade do nosso povo”.

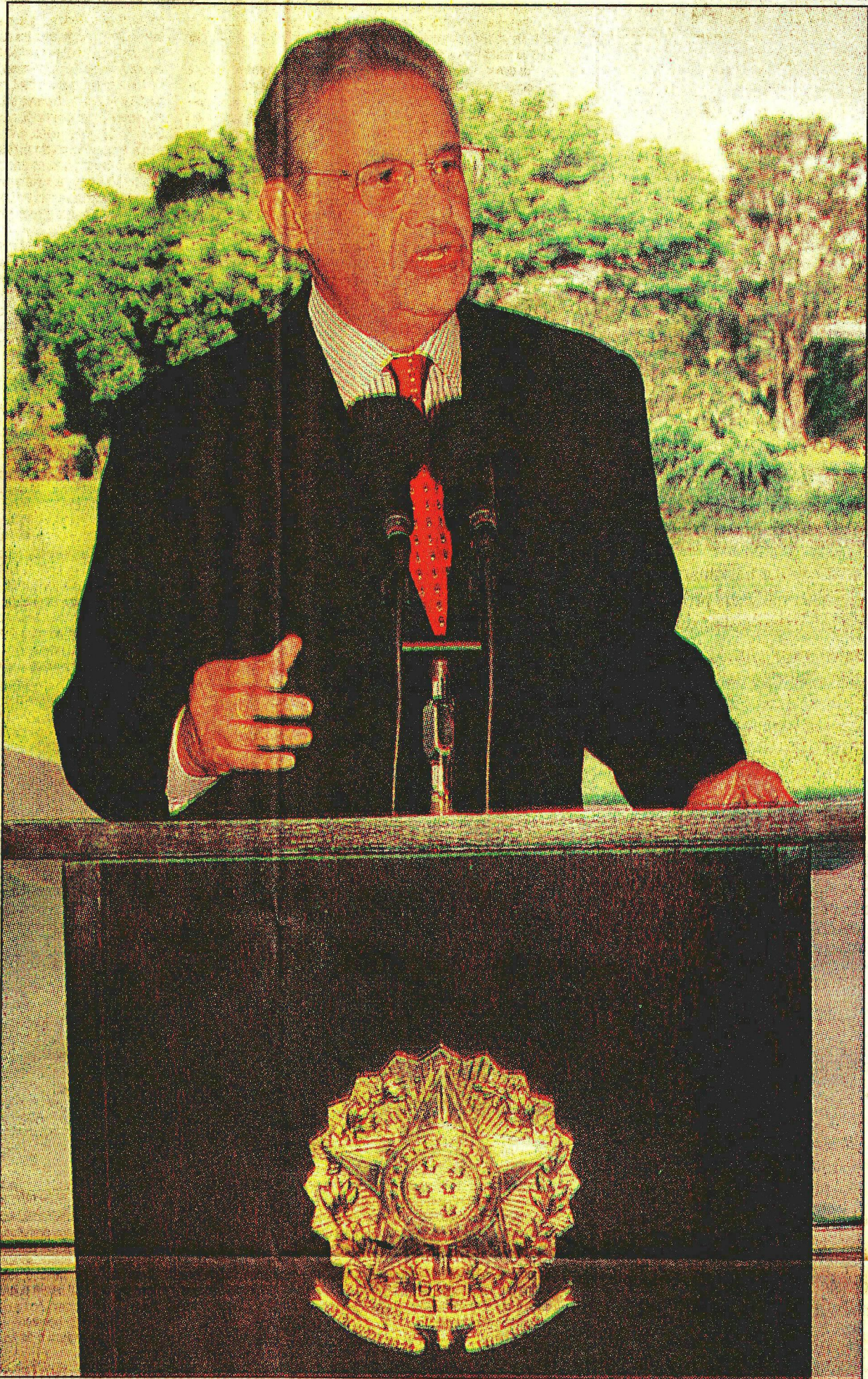
O presidente informou que fará novas medidas para aperfeiçoar a reforma da previdência e pediu ao Congresso a aprovação de leis complementares para a reforma administrativa. “Sobretudo para que os Estados possam se ajustar”.

**Ajuste** – Para o presidente, a reforma tributária terá também que ser aprovada pelo Congresso. “O Brasil cansou de ter impostos em cascata e injustos, e que alguns não pagam enquanto outros pagam demasiado. É preciso corrigir esses desvios do nosso sistemas tributário”. A reforma política terá também que ser enfrentada, disse Fernando Henrique.

“Pedi à área econômica que até o dia 20 de outubro nos apresente um programa de ajuste fiscal para os próximos 1999, 2000, 2001. Mas não estou disposto a esperar que o tempo passe e que nós continuemos intermitentemente pedindo sacrifícios fiscais. É preciso que no ano que vem nós tenhamos o regime fiscal brasileiro ajustado à nova realidade, de tal maneira que os gastos do governo não pressionem o sistema financeiro, para que possamos baixar as taxas de juros e para que possamos voltar a um crescimento sustentado”, afirmou.

Fernando Henrique anunciou que pretende introduzir no próprio Orçamento um princípio de equilíbrio fiscal, por intermédio de uma lei complementar de finanças públicas, que tenha, assim como as bolsas têm o circuit break, uma espécie de freio que permita parar o desmando financeiro.

**Ajuda Externa** – O presidente enfatizou todas as vezes em que chamou a atenção dos países desenvolvidos e organismos internacionais, durante conferências e reuniões públicas ou em conversas privadas, para a necessidade se de construir uma nova ordem. “Chamei a atenção para o fato de que, depois de Bretton Woods, não houve mudança significativa no sistema mundial”.



Presidente afirmou que não haverá pacote e anunciou ser necessário “corrigir desvios” no sistema tributário

Deixam o JORNAL DO BRASIL, depois de três anos à frente da Redação, o editor Marcelo Pontes e os dois editores-executivos Marcelo Beraba e Paulo Totti. Com dedicação e talento marcaram sua passagem pela chefia em período de transição acelerada da economia brasileira e universal. Marcelo Pontes (51 anos) veio como repórter político nos anos 80, chefiou a editoria de política, dirigiu as Sucursais de São Paulo e Brasília e, por morte do titular, assumiu a Coluna do Castelo. Nos últimos três anos, foi editor do jornal em gestão que comprovou o acerto da escolha. Com Marcelo Beraba (47 anos, nascido no Rio) e Paulo Totti (gaúcho, 60 anos), trazidos por ele, completou-se o trio que conduziu com ética profissional e dedicação a missão dada como cumprida.

Deixa, também, a função de diretor executivo, nesta data, o Sr. Henrique Caban, que anteriormente exerceu várias funções executivas na imprensa do Rio de Janeiro.

Paulo Totti e Marcelo Beraba têm em seus currículos de jornalistas experiência trazida de jornais e revistas, no Brasil e no exterior. Totti trabalhou em Última Hora e no Correio do Povo, em Porto Alegre, Veja, O Globo, Folha de S. Paulo, na Gazeta Mercantil e como correspondente em Buenos Aires e Washington. Dotado de espírito organizador, tendo participação destacada na reforma da Folha de S. Paulo e em O Globo, Marcelo Beraba preparou e comandou pessoalmente a operação de duas dezenas de repórteres, cronistas e fotógrafos do JB na última Copa do Mundo na França.

A partir de hoje Noenio Spinola (58 anos) é o editor do JORNAL DO BRASIL, no qual trabalha desde 1966. Aqui foi repórter e editor de economia, correspondente em Washington, Londres e Moscou, cobriu a Guerra do Golfo (1980), é autor de livros que tratam de questões de economia financeira. Exerceu funções de Superintendente na Bolsa de Valores de São Paulo e da BM&F. Foi membro do Ministério Público e da OAB, dirigente da Embrafilme e publicou livros de ficção.

## OS PRINCIPAIS PONTOS

**ELEIÇÕES:** “Eu queria ressaltar a importância das eleições na consolidação da democracia brasileira. (...) Elas dão ao poder democrático a legitimidade necessária.”

**VITÓRIA:** “O povo escolheu. O meu estado de espírito é de emoção porque, depois de ter governado há quase quatro anos recebo, de novo, pelas urnas, o apoio do país, que me dá um novo mandato. Pela segunda vez, consegui convencer o povo de que havia um caminho, um rumo para o Brasil.”

**OPosição:** “Estou aberto ao diálogo. Mais do que isso: acho que o Brasil precisa, hoje, não só de ter uma oposição, mas de ter uma oposição que discuta, uma oposição que aceite o resultado das urnas, que respeite o povo.”

**REAL:** “Nós vamos preservar o real. Nós vamos conservar a estabilidade e vamos fazer isso para que possamos ter o crescimento sustentado, estável, para gerar mais empregos e para continuar no caminho social, que não se dissocia da nossa capacidade de mantermos uma confiança em nós próprios e despertar confiança nos investidores locais e internacionais.”

**REFORMAS:** “A reforma da Previdência, a reforma da administração, a reforma dos impostos, as reformas políticas (...) são condições necessárias para a prosperidade do nosso povo. Neste segundo mandato, continuarei com mais empenho para que o Congresso dê os passos necessários para complementar essas reformas, que são essenciais.”

**PARTIDOS:** “É preciso enfrentar a reforma política. Precisamos de um país que tenha partidos mais consistentes. E não haverá partidos mais consistentes sem que se coloquem em marcha mecanismos que levem à coesão partidária, à fidelidade partidária.”

**AJUSTE:** “Lancei, antes da eleição um grande desafio, o desafio do equilíbrio fiscal. Estou determinado a fazer isso, pessoalmente, da forma mais rápida possível. Pedi à área econômica que até o dia 20 de outubro nos apresente um programa de ajuste fiscal para os próximos anos, 1999, 2000 e 2001.”

**JUROS:** “Temos que fazer com que a nossa dívida pública pare de crescer, essa é a chave para nós podermos baixar a taxa de juros.”

**SETOR PÚBLICO:** “Não se trata somente de reduzir o tamanho do Estado, mas de tornar o Estado mais capaz de prestar serviços adequados à sociedade. Esse ajuste tem que recair sobre a ineficiência da máquina, sobre excessos de pessoal, sobre privilégios e não sobre o conjunto da sociedade.”

**PACOTE:** “Não existe nada de pacotes. Faremos o que estamos prometendo, mas não de modo a que as pessoas levem um susto”.

**ESTADOS:** “Cada um vai assumir a sua responsabilidade de fazer o ajuste na sua área. Os governadores e prefeitos são partes desse processo e sua autonomia implica também responsabilidade. Acabou a época no Brasil de se fazer um acordo para não cumprir. Os contratos com o Tesouro Nacional serão honrados pelos governadores.”

**CRISE:** “Tenho recebido cartas dos principais líderes dos países industrializados no sentido de que nós vamos precisar criar um novo Bretton Woods.”

**SOCIAL:** “O governo dispõe de mecanismos, de programas e de recursos que chegam a 16 bilhões de reais e que são programas de renda mínima. Esses programas têm que ser preservados e ampliados.”